

Acessibilidade do aluno surdo nas escolas da rede municipal de Sobral/CE: o perfil da formação de professores

Accessibility of the deaf students in schools belonging to the municipal network of Sobral/CE: the teacher training profile

DOI:10.34117/bjdv7n3-574

Recebimento dos originais: 18/02/2021

Aceitação para publicação: 22/03/2021

Edine Dias Pimentel Gomes

Mestre em Ensino na Saúde e Doutoranda em Cuidados Clínicos em Saúde pela
Universidade Estadual do Ceará-UECE
Instituição: Centro Universitário Inta- UNINTA
Endereço: Rua Dr. João do Monte, 567- Centro – Sobral, CE, Brasil
E-mail: edinemc@hotmail.com

Maria Petrília Rocha Fernandes

Mestre em Ensino na Saúde e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do
Ceará-UECE
Instituição: Universidade Estadual do Ceará
Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -Campus do Itaperi -Fortaleza, CE, Brasil
E-mail: petrilial@hotmail.com

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Mestre em Ensino na Saúde e Doutoranda em Cuidados Clínicos em Enfermagem e
Saúde pela Universidade Estadual do Ceará- UECE
Instituição: Universidade Estadual do Ceará
Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -Campus do Itaperi -Fortaleza, CE, Brasil
E-mail: karlla_veras@hotmail.com

Nayara Machado Melo Ponte

Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias-ULHT
Instituição: Centro Universitário Inta -UNINTA
Endereço: Rua Cel. Antonio Rodrigues Magalhães, 359 -D. Expedito Lopes- Sobral,
CE, Brasil.
E-mail: nayarameloporte@hotmail.com

Francisca Emanuelle Sales Eugênio Bezerra

Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Estadual do Ceará-
UECE
Instituição: Faculdade Alencarina de Sobral- FAL
Endereço: Rua Padre Luiz Franzoni, 346 - Alto do Cristo- Sobral, CE, Brasil
E-mail: manusales_@hotmail.com

Alana Ferreira Gomes Dias

Mestre em Ciências da Saúde pelo Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo-
HSPESP

Instituição: Centro Universitário Inta -UNINTA
Endereço: Rua Coronel Antônio Rodrigues Magalhães, 700 - Dom Expedito, Sobral,
CE, Brasil
E-mail: alanafgd@hotmail.com

Isabela Ribeiro Alves Leite Dias

Mestranda em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará- UECE
Instituição: Centro Universitário UNINTA
Endereço: R. Antônio Rodrigues Magalhães, 359 - Dom Expedito, Sobral, CE. Brasil.
E-mail: isabelaraldias@gmail.com

Francisco Ricardo Barreto Dias Filho

Docente de Medicina do Centro Universitário UNINTA
Instituição: Centro Universitário UNINTA
Endereço: R. Antônio Rodrigues Magalhães, 359 - Dom Expedito, Sobral, CE. Brasil.
E-mail: dr.ricardodias@hotmail.com

RESUMO

A inclusão escolar, apresenta-se como um dos temas que tem provocado grandes discussões, e tem buscado a superação de diversos paradigmas no espaço educacional. Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil de professores da rede municipal de ensino acerca da acessibilidade do aluno surdo na educação básica. Trata-se de estudo exploratório e descritivo, sendo desenvolvido através de uma pesquisa quantitativa. A amostra foi composta por 60 (sessenta) professores da rede estadual de ensino do município de Sobral/CE. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com questões fechadas. A análise dos resultados, foi realizada mediante índices percentuais e organizados em tabelas demonstrativas desenvolvidas no programa Excel (2010) – Windows. Os resultados revelam a necessidade de serem realizados investimentos no que diz respeito a disciplina de Libras na formação de professores, visto este processo apresenta-se ainda pouco eficaz para o desenvolvimento de uma boa qualidade de ensino. Portanto, a inclusão vai muito além do acesso à escola regular aos alunos surdos, este processo deve assegurar a possibilidade de crescimento e desenvolvimento linguístico, comunicativo, cognitivo, ou seja, atender as reais necessidades dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Escola. Surdez.

ABSTRACT

School inclusion presents itself as one of the topics that has caused great discussions, besides seeking to overcome several paradigms in the educational space. This work is intended to analyze the profile of teachers from the municipal education network about the accessibility of deaf students in primary education. This is an exploratory and descriptive study, which was developed through a quantitative research. The sample consisted of 60 (sixty) teachers from the state school network in the town of Sobral/CE. We used a questionnaire with closed questions as a data collection instrument. The analysis of the results was performed by means of percentage indexes and organized in demonstrative tables developed in the Excel program (2010) – Windows. The results reveal the need to invest in the subject of Libras (Brazilian Sign Language) in teacher training, since this process is still not very effective for the development of a good quality

of teaching. Therefore, inclusion goes far beyond access to regular school for deaf students, and this process must ensure the possibility of linguistic, communicative, cognitive growth and development, i.e., to meet the real needs of the involved individuals.

Keywords: Accessibility; School; Deafness.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios que se colocam à inclusão no ensino regular são muitos e tem sido objeto de discussões, assim como de esforços, de diversos atores sociais, governo e sociedade civil organizada, no sentido de alcançarmos um sistema educacional com equidade e qualidade de ensino.

Diversas mudanças significativas foram feitas ao longo dos anos, como reformas educacionais, decretos e leis que reafirmam a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais nas escolas. A inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós (MANTOAN, 2005).

Desse modo, o grande desafio é fazer com que os professores incluam as crianças e adolescentes com deficiência em suas aulas, isso pressupõe que estes profissionais tenham formação adequada para tal, assim como competência técnica e pedagógica para efetuar mudanças e fazer as adaptações necessárias ao atendimento. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva objetiva uma educação em que todos aos alunos devem aprender em condições de igualdade, sem sofrer nem um tipo de preconceito e discriminação. E que a aprendizagem por eles desenvolvidas sejam significativas para sua formação pessoal enquanto seres dotados de potencialidades e habilidades.

A surdez é uma deficiência que leva o indivíduo a ter perda total ou parcial da percepção sonora devendo ser verificado também em que momento ela se manifestou, se antes ou após a aquisição da linguagem oral e quais as prováveis causas como também os diferentes graus de perda auditiva, entre outros determinantes.

Um programa de inclusão de alunos surdos no ensino regular deve ter presente que compreender a surdez em seu sentido mais amplo equivale a conhecer o caráter visual do sujeito surdo, o qual se comunica através da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, dando-lhe o significado de “ser surdo”, ou seja, o de ser um sujeito que se utiliza de uma forma diferente de se comunicar (SKLIAR, 2006).

Entretanto, destaca-se que as políticas educacionais adotadas pelo sistema de ensino do país para inclusão do surdo nas suas instituições de ensino regular parecem pouco eficazes aos olhos de diversos segmentos da sociedade, inclusive de surdos, que rejeitam as propostas por acreditarem que invés de inclusão o sistema passa a promover ainda mais a exclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 no artigo 59 revela que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos, organização específicos para atender as necessidades dos educandos, sempre considerando as características do aluno, seus anseios, condições de vida e de trabalho, mediando cursos e avaliação. Assim, a lei garante que a educação especial passa a se configurar em todas as etapas, níveis e modalidade de ensino, com vistas a ofertar, preferencialmente, a educação às pessoas com deficiência, incluindo os surdos, no ensino comum.

Desse modo, a educação dos surdos deixou de ser ofertada prioritariamente em classes e instituições especializadas e passou também a ser ofertada nas escolas comuns, apesar das resistências dos movimentos surdos, que lutam pelo direito de uma educação bilíngue onde Libras seja a língua de instrução.

Apesar da Lei nº 9.394/96 priorizar a formação do professor em nível superior, e garantir aos alunos com deficiência a oferta de professores do ensino regular capacitados, não houve mudanças significativas em relação a essa formação nas licenciaturas para possibilitar ao futuro professor saberes inerentes a este novo princípio educacional.

Com a promulgação da Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) – que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação dos surdos, determina que sejam garantidas formas para sua institucionalização e difusão, bem como a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores – e sua posterior regulamentação através do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), estudos vêm sendo desenvolvidos em diversas partes do Brasil acerca da implementação da disciplina de Libras no ensino superior, com destaque para sua implementação nos cursos de licenciaturas.

No Brasil, em 2005, a língua de sinais adquiriu status linguístico com a sanção da Lei n. 10.436/02 e do Decreto 5.662/05, oportunizando a criação da disciplina de LIBRAS em cursos de formação de professores e Fonoaudiólogos. Tal lei preconiza em seu artigo primeiro que: “[...] é

reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002). O parágrafo primeiro da sobredita lei descreve a Linguagem Brasileira de Sinais como uma “[...] forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002).

Neste sentido, entende-se que para a efetiva inclusão desses alunos é necessário que as práticas pedagógicas e os espaços sejam modificados, possibilitando a equidade de condições de acesso e permanência do aluno com deficiência, de modo particular, é imprescindível que os professores sejam capacitados para contribuir com o desenvolvimento integral de todos os alunos.

A formação continuada de professores caracteriza-se como um dos principais componentes para um diferencial na qualidade de ensino aprendizagem relacionado à inclusão. Para que o processo de incluir se efetive é necessário o treinamento dos profissionais, quaisquer que sejam que atuem diretamente com pessoas com deficiência (RYNDAK; SMITH, 1999).

A escola, a partir de sua função educativa, pode promover mudanças e impulsionar transformações para a educação de todos, especialmente a dos grupos considerados vulneráveis, os quais, muitas vezes, têm se mantido à margem do sistema educacional. Com base nestas considerações, afirma-se a importância de refletirmos sobre a formação de professores no processo de inclusão de alunos com deficiência, favorecendo o processo de ensino aprendizagem, tornando a escola receptiva às necessidades e especificidades desses alunos.

Neste interim, Mendes; Figueiredo; Ribeiro (2015), acreditam que o processo de inclusão requer práticas que deem condições qualitativas de relações no espaço escolar, na medida em que o domínio e o uso da língua de sinais pelos professores não são suficientes para assegurar uma inclusão bem sucedida, é necessário oferecer aos futuros professores novos conhecimentos que os auxiliem no desafio de ensinar em uma escola engajada para o atendimento à diversidade humana.

Portanto, acredita-se na importância desta pesquisa como possibilidade de contribuir com os docentes, alunos e escola para refletir sobre a prática docente inclusiva, com foco na inclusão de alunos surdos na educação básica, tendo-se em vista, que para a construção das relações afetivas, sociais, econômicas e políticas é necessário o desenvolvimento de linguagem e as experiências de cooperação. Deste modo, este

trabalho tem como objetivo analisar o perfil de professores da rede municipal de ensino acerca da acessibilidade do aluno surdo na educação básica.

2 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como exploratório e descritivo, sendo desenvolvido através de uma pesquisa quantitativa, pois se baseia nos registros e análise de todos os dados numéricos que se referem às atitudes e comportamentos do público-alvo da pesquisa (LEITÃO et al., 2008).

Utilizamos para tanto, a pesquisa de campo como estratégia para obter informações e/ou conhecimentos acerca do problema, possibilitando a descoberta de novos fenômenos que se relaciona ao objeto estudado. A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem, espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los (MARCONI & LAKATOS, 2007).

A amostra foi composta por 60 (sessenta) professores da rede municipal de ensino do município de Sobral/CE. A amostra se caracteriza como não probabilística, do tipo conveniente (CARMO; FERREIRA, 1998), na medida em que a investigação decorreu a partir do voluntariado, onde os professores convidados a participar da pesquisa pela autora do estudo em seus ambientes de trabalho, depois da devida autorização da Escola. Na oportunidade, foram explicados os objetivos da pesquisa e os procedimentos para a coleta dos dados, bem como a solicitação para a realização da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Vale reforçar que os participantes tiveram sua identidade preservada.

O questionário com questões fechadas foi aplicado aos professores em seus ambientes de trabalho. A coleta foi realizada na própria sala de aula em um tempo destinado pela direção da instituição. Os professores foram devidamente informados dos procedimentos de realização do questionário, sendo este respondido individualmente. A análise dos resultados, foi realizada mediante índices percentuais e organizados em tabelas demonstrativas desenvolvidas no programa Excel (2010) – Windows.

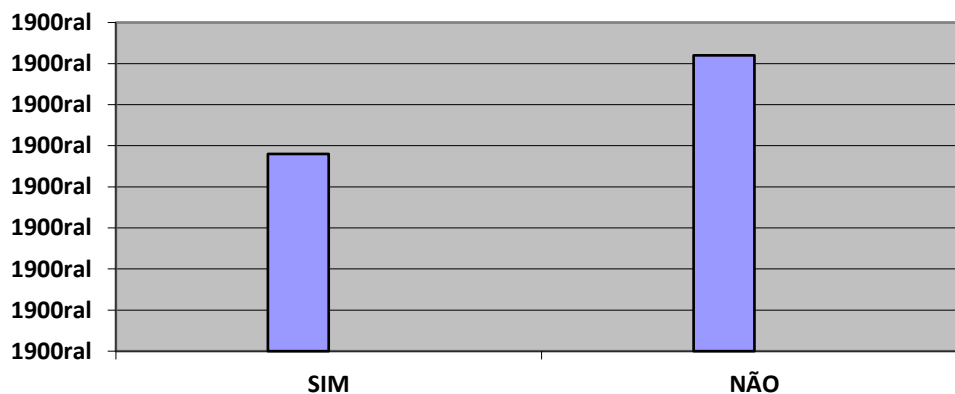
A pesquisa está de acordo com os aspectos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que define normas para pesquisa com seres humanos, considerando o respeito pela dignidade humana, a proteção dos princípios éticos aos participantes das pesquisas científicas (BRASIL, 2012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados por meio de questionário com questões fechadas e analisados através de índices percentuais, como segue abaixo. Na primeira questão indagamos se na formação inicial os professores tiveram a disciplina de Libras.

Assim, identificamos que 60% dos professores não tiveram a disciplina de Libras na graduação, como é possível observar no gráfico 01:

Gráfico 01: A disciplina de Libras na formação inicial.



Fonte: Elaborado pelos autores.

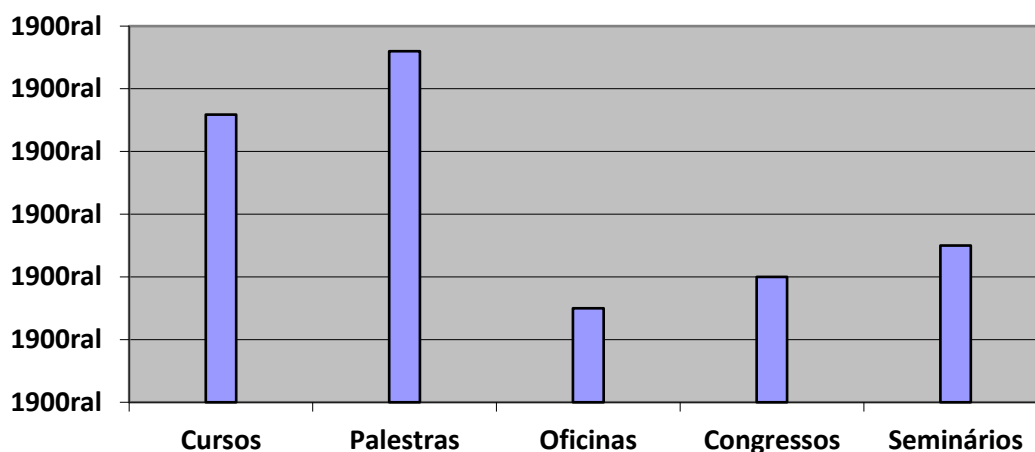
A reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) veio contribuir para uma ação educativa comprometida com a formação de cidadãos, mostrando que a Educação Especial é parte integrante da educação geral, adotando o princípio da Inclusão. Esse princípio defende que “o ensino seja a todas as crianças, jovens e adultos com deficiência preferencialmente no sistema comum de educação” (BRASIL, 1996).

Com a Declaração de Salamanca estabeleceu-se que o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças apresentadas. Desta forma, a legislação demonstra a obrigatoriedade em matricular e acolher todas as crianças e adolescentes na escola de ensino regular.

Entretanto, compreende-se que o atendimento e o acolhimento não são suficientes para promover a inclusão destes alunos no contexto educacional, além disso, é fundamental que a escola possibilite a formação adequada para estes alunos. O Decreto 5.626/2005, artigo 7º, parágrafo 1º, estabelece que a pessoa Surda terá prioridade em ministrar as aulas de Libras (BRASIL, 2005).

No que diz respeito aos cursos de formação continuada, os professores possuem participação em cursos, oficinas, palestras, seminários, como demonstra a gráfico 02. A grande participação dos professores está relacionada a palestra, representando 93,3% dos professores, em seguida está a categoria de cursos, com 56,6%.

Gráfico 02: Participação em cursos, palestras, oficinas e congressos.



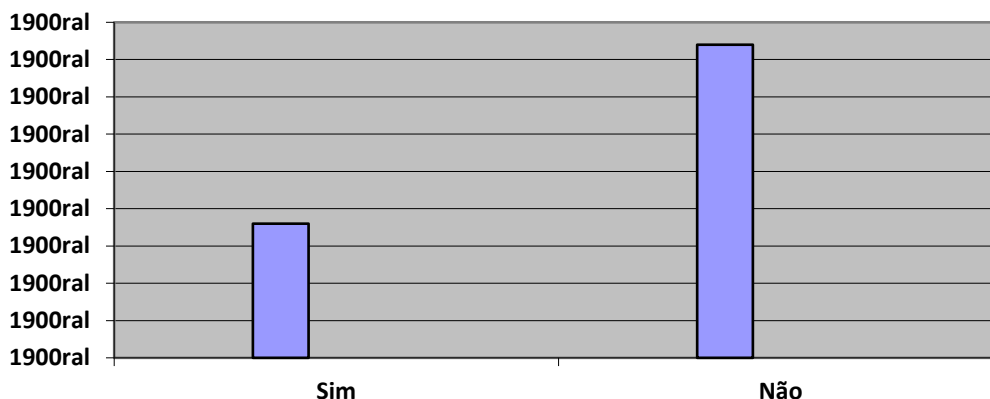
Fonte: Elaborado pelos autores.

Consideramos, portanto, que investir na formação de professores, tanto em formação inicial como formação continuada é a melhor forma de sanar as deficiências relacionadas à educação de alunos surdos no ensino regular, visto que quase todos os fatores que interferem para que o processo de inclusão seja efetivo estão ligados às atitudes e práticas cotidianas em sala de aula, seja referente à didática do professor, às relações sociais deste para com os alunos ou as relações que ele pode mediar entre os mesmos.

Conquanto, algumas questões precisam ser levantadas e discutidas para que o processo de implementação da Libras nas licenciaturas tenha maior êxito, entre as quais podemos elencar o modo pelo qual tem-se dado o ensino da disciplina na formação dos futuros profissionais da educação; quais conteúdos são abrangidos; qual o perfil do profissional que ministra a disciplina de Língua de Sinais como segunda língua para ouvintes, entre outras.

Dando continuidade ao questionário os professores foram questionados sobre a compreensão deles acerca da Língua Brasileira de Sinais. Conforme o gráfico 70% dos professores afirma não compreenderem a Língua Brasileira de Sinais.

Gráfico 03: Compreensão da Língua Brasileira de Sinais.

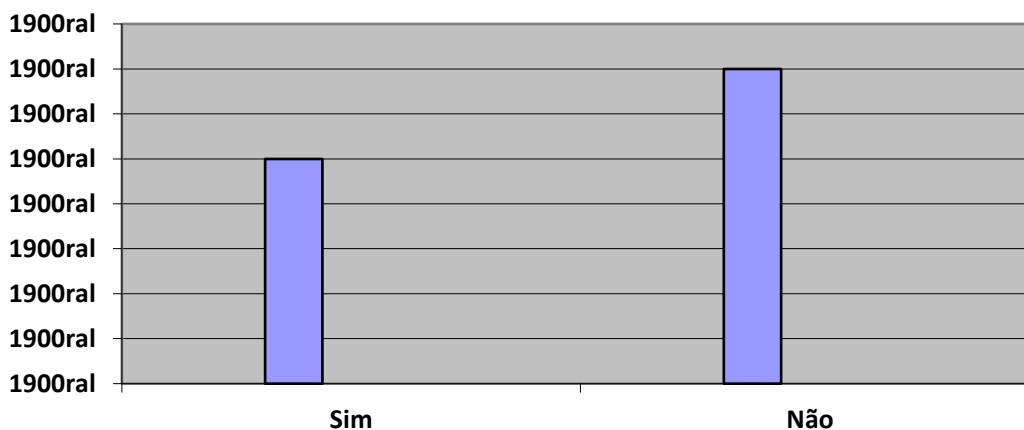


Fonte: Elaborado pelos autores.

Os professores revelam que mesmo com participações em cursos, palestras, oficinas, seminários, e mesmo os que tiveram a disciplina na graduação, dificuldades na compreensão da Libras.

Por último, os professores foram questionados se conseguem estabelecer uma comunicação com alunos surdos. O gráfico nos mostra que 58,6% dos professores não conseguem estabelecer comunicação com surdos em sala de aula.

Gráfico 04: Comunicação com alunos surdos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Bakhtin (2009), a prática viva da língua constitui o sujeito e faz com que este se comunique sem notar as regras linguísticas que incorporou. Ele não concebe a língua como um sistema abstrato de formas normativas, ao qual o falante recorre para dizer o que pretende e assim se comunicar.

Nessa perspectiva, para que os alunos surdos se desenvolvam em todos os seus aspectos, é fundamental que as instituições de ensino adotem um modelo bilíngue na educação. Este modelo defende que a língua de sinais como primeira língua não somente permite o desenvolvimento linguístico do aluno surdo, como também contribui para que se desenvolvam os aspectos cognitivos, sociais, afetivos e emocionais.

Lacerda (2006), para que a inclusão dos surdos possa acontecer com qualidade, é preciso pensar na organização dos espaços escolares, na formação dos professores e principalmente respeitar as especificidades linguísticas dos alunos surdos.

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, elaborando mecanismos de construção de estratégias pedagógicas para viabilização da inclusão, a partir das quais os estudantes com deficiências especiais tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade.

Neste interim, os professores desenvolvem um papel fundamental na construção de escolas para todos e, para realizarem sua função social como educadores devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas. A partir dessas abordagens os alunos com deficiência têm acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, a importância de se repensar a inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar, de modo que, proporcione desenvolvimento e conhecimento adequados às necessidades individuais. Assim, a inclusão vai muito além do acesso à escola regular aos alunos surdos, este processo deve assegurar a possibilidade de crescimento e desenvolvimento linguístico, comunicativo, cognitivo, ou seja, atender as reais necessidades dos sujeitos envolvidos.

Os achados deste estudo revelam a urgente necessidade de aprofundamento de estudos acerca dessas questões, para auxiliar na compreensão e encaminhamento de propostas que, de fato, venham a modificar o panorama educacional dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.
- BRASIL, Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as diretrizes e bases da Educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília: v.134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466, 2012. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 13 jun. 2013. Seção 1 p. 59.
- BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.
- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 2005.
- CARMO, H; FERREIRA, M. M. **Metodologia da Investigação**. Lisboa, Universidade Aberta, 1998.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LACERDA, C.B.F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, v. 26, n.69, 163184, 2006.
- LEITÃO, J. C., PEREIRA, A., GONÇALVES, G., CAMPANIÇO, J., MOREIRA, H., & MOTA, P. **Metodologia de investigação em Educação Física e Desporto – Análise Quantitativa**: Introdução a estatística multivariada. Vila Real: SDE-UTAD,2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In Nova Escola, maio, 2005.
- MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDES, A. Q. S.; FIGUEREDO, F.; RIBEIRO, A. C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos. **Revista de Iniciação Científica – RIC**. Cairu. V. 02, n. 02, p. 33-46, 02 jun. 2015.

RYANDAK, D. L.; SMITH, M. A. Estratégias básicas para a comunicação entre todos os Alunos. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores.

Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTANA, A.P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação e sociedade**, v.26, n.91, 565-582, 2005.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens sócio antropológicas em educação especial. 5 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.